SINESP

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO
DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

Desdobramentos da Lei 18.221/24 afetam a carreira, a gestão democrática e as condições de trabalho na educação

A **Lei nº 18.221/2024**, que alterou o Estatuto do Magistério Municipal, vem produzindo impactos que atingem diretamente os profissionais da Rede Municipal de Ensino.

Essas mudanças fazem parte de uma política que amplia o controle sobre as escolas, enfraquece a gestão democrática, penaliza trabalhadores e precariza as condições de trabalho.

Os ataques alcançam todos os segmentos da categoria: Gestores, professores, equipes de apoio.

Diante desse cenário, o SINESP reforça a importância da unidade e da organização dos trabalhadores para defender a carreira, os direitos e uma Educação Pública de qualidade.

SINESP na luta

O SINESP mantém sua atuação política e em diferentes instâncias judiciais contra os ataques à categoria e luta pela revogação da Lei 18.221/2024 e seus efeitos privatistas.

A luta é por valorização, direitos, concurso público, gestão democrática e uma Educação Pública Estatal de qualidade!

Nenhum direito a menos. Nenhum ataque sem resposta!

VEJA IMPACTOS DA LEI 18.221/24

Impactos da Lei 18.221/2024

Afastamento dos 25 diretores de escola em 2025

Em 2025, 25 diretores foram afastados e submetidos a processo formativo compulsório, com justificativas baseadas em avaliações externas. O SINESP denunciou a falta de transparência, a arbitrariedade e o caráter punitivo da medida imposta aos diretores com diretriz para o cumprimento de metas desconectadas do percurso educacional e das necessidades pedagógicas de cada unidade educacional e seu território, e atua política e juridicamente contra ataques dessa natureza.

Minuta do CEAIP: mais controle sobre as escolas

A proposta de criação do CEAIP prevê a figura do "Supervisor Pedagógico" designado pelos Diretores Regionais e a classificação das escolas em diferentes níveis de acompanhamento. Essa medida amplia o controle, esvazia atribuições da Supervisão Escolar de carreira e ameaça a autonomia das unidades. O SINESP defende a retirada da minuta, a realização de concurso público e o fim da fiscalização punitiva.

Programas e normativas em meio ao ano letivo

A imposição de novos programas, plataformas e normativas — como e Elefante Letrado — durante o ano letivo interfere no planejamento das escolas, aumenta a burocracia e sobrecarrega profissionais já pressionados pelos módulos incompletos. O SINESP defende respeito aos Projetos Políticos e aos Planejamento Pedagógicos, à realidade, à autonomia e decisões dos Conselhos de cada Unidade Educacional.

Extinção da JEIF: punição salarial

A retirada da JEIF de profissionais readaptados e dos afastados por licença médica superior a 30 dias é uma medida cruel e uma violência institucional que impõe redução salarial (cerca de 30%) aos educadores, compromete a renda, tratamentos e compra de medicamentos de quem enfrenta momentos de grande vulnerabilidade. O adoecimento não deve, jamais, ser motivo para punição.

Punição aos excedentes

A limitação do número de professores readaptados por unidade, estabelecida pela IN nº 34/2026, pode transformar profissionais com trajetória consolidada nas escolas em excedentes, obrigando-os a buscar outras unidades, rompendo vínculos e interrompendo projetos consolidados em suas comunidades.

Para agravar ainda mais a situação, a PMSP restringiu as vagas de remoção à regência de classe, prejudicando profissionais que necessitam de adequação funcional.

Política de controle precisa ser enfrentada

Para o SINESP, afastamentos, perda de direitos, restrições à remoção, novas estruturas de fiscalização e imposição de programas e metas fazem parte de uma política que ameaça a autonomia das escolas e a gestão democrática. A Educação Pública precisa de valorização profissional, concursos públicos, módulos completos, respeito às atribuições das carreiras e condições dignas de trabalho — não de punição, ranqueamento e controle.